



MUSEU
UNICIPAL
PALMELA

Programa
Museológico

INTRODUÇÃO

1. MUSEU MUNICIPAL DE PALMELA - um MUSEU DE TERRITÓRIO

O Território
Âmbito de ação
Visão, Missão e Valores
Objetivos gerais e programáticos

2. ORGÂNICA

Modelo de Gestão
Equipa
Instalações
Horário e acesso público
Documentos de apoio

3. GESTÃO DE COLEÇÕES

Acervo
Reservas Museológica e Arqueológica
Segurança e Conservação Preventiva
Política de Incorporação de bens

4. ESTUDO E INVESTIGAÇÃO

5. ESPAÇOS EXPOSITIVOS DE GESTÃO MUNICIPAL

Castelo

Casa Capelo
Espaço Arqueológico
Espaço de Transmissões Miliars
Igreja de Santiago
Torre de Menagem
Sítios Arqueológicos
Grutas Artificiais de Quinta do Anjo
Alto da Queimada

Centro Histórico de Palmela

Espaço Cidadão
Rua de Nenhores
Mercado Velho
Cine-Teatro S. João

Museu - A Estação

6. SERVIÇO EDUCATIVO

7. PARCERIAS

Espaço Fortuna - Artes & Ofícios
Museu do Ovelheiro - ARCOLSA
Quinta Pedagógica
Casa Caramela - Fundação COI
Quinta Pedagógica de S. Paulo - AMRS
Museu da Música Mecânica
Voluntariado e Amigos do Museu



*"O território é dinâmico e por vezes
converte-se em museu, por sua vez,
o museu representa um espaço
territorial, de expressão da história
e arte de uma área geográfica.
Existe uma dialéctica entre ambos."
(Rocio, 2004)¹*

Introdução

O Museu Municipal de Palmela iniciou a sua atividade em finais dos anos 80 do século XX, como uma estrutura polinucleada de funcionamento permanente e sem fins lucrativos e, desde então, tem tido como missão a preservação do património cultural do território administrado pelo município de Palmela. Para tal, identifica e agrega acervos representativos da memória de cada freguesia do concelho e potencializa uma leitura da sua diversidade através de exposições em espaços programados – temporários e/ou permanentes -, de projetos vários com o envolvimento da comunidade, da programação do seu Serviço Educativo, da edição de publicações - nomeadamente o Boletim +museu - e da organização de programas e iniciativas que visam difundir o conhecimento sobre o património cultural da região e promover a sua salvaguarda.

O primeiro programa museológico foi apresentado e debatido com a população em 2003, e publicado em 2004. O atual Programa surge da necessidade de atualização e revisão do anterior, e pela experiência acumulada da equipa, a qual integra, também, a dimensão de outros parceiros (de natureza museológica ou não).

Nestas décadas, a sociedade mudou e importa mudarmos com ela adaptando-nos à nova realidade. Importa contribuir para a construção de um caminho comum sustentável, que dê resposta aos novos desafios.

É, pois, nosso dever conceber orientações que se adequem à atual realidade museológica de Palmela, da região e do país, tendo consciência de que a museologia é parte integrante do mundo e dos seus problemas.

Assumimos o compromisso de nova revisão do presente programa, após uma década em vigor, (2022/2032).

1. MUSEU MUNICIPAL DE PALMELA - um MUSEU DE TERRITÓRIO

Ponderada a realidade histórica, cultural e social do concelho, e considerando-se a génese e o histórico do Museu Municipal², entendemo-lo como um museu de território, ancorado nas diversas identidades/memórias das comunidades que deixaram o seu lastro³ e que aqui habitam e o constroem diariamente, criando raízes e novos espaços de interação.

O território

Quem chega à vila de Palmela compreende que é a partir do castelo que o território se organiza. Do Período Medieval à Modernidade, toda a história flui tendo como ponto de partida este centro de poder e a sua relação com a ruralidade envolvente. O Castelo centraliza este desenvolvimento que, desde os séculos VIII/IX e com maior notoriedade nos séculos X-XI, evoluiu para o traçado sinuoso que caracteriza o tecido urbano do Centro Histórico de Palmela.

A presença da Ordem de Santiago em Palmela é um facto incontornável da história nacional e da fundação do Museu Municipal de Palmela, que arranca com a conceção da exposição a ela dedicada, em 1988.

Já os sítios arqueológicos são a chave explicativa da história da ocupação humana; é no seu estudo – a Arqueologia - que reside a raiz da fundação do Museu Municipal, sendo a primeira e mais numerosa coleção a constituir o acervo museológico.

Ao longo da História, o território foi sendo marcado por culturas agrícolas, por práticas de divisão de propriedade, por conceções intelectuais/culturais diversas, pelo desenvolvimento técnico e científico que deixou marca clara no concelho (inovações agrícolas, tecnologias e investigação científica de ponta, por exemplo), pelas expressões culturais, pelo património histórico edificado, pela religião, pelos poderes em ação sobre as populações, pelas tradições e saberes-fazer, pelo urbanismo medieval e moderno que permanece vivo apesar das sucessivas transformações que foram acontecendo, pela gastronomia e vinhos, pela paisagem e pela indiscutível necessidade de nos relacionarmos com a natureza que nos envolve e sustenta.

Com uma área geográfica de aproximadamente 465 Km², composta por quatro freguesias (sendo que duas estão agregadas à data de redação

deste documento), o território espelha bem a diversidade cultural e as diferenças identitárias do concelho.

A União das freguesias de Poceirão e Marateca, localizada no limite nascente do concelho, dependente das culturas da terra e suas subsidiárias, com o enfoque na vitivinicultura e indústrias convergentes (como laticínios, vinhos, máquinas) tem assumido, nas últimas décadas, um papel central na economia das suas populações. Durante o período Romano, o lugar de Marateca foi um importante polo industrial de produção cerâmica dedicado ao fabrico de ânforas e de outros recipientes específicos para armazenamento e transporte de molhos/preparados de peixe. É disso exemplo a Olaria do Zambujalinho (Herdade do Zambujal) que, a par de outras olarias e fábricas de salga conhecidas ao longo do rio Sado e de Caetobriga (cidade de Setúbal), é um dos complexos abastecedores da unidade fabril de Troia e do restante império.

Inserida no Parque Natural da Arrábida e localizada no extremo oposto, a ocidente, a Quinta do Anjo, também conhecida por «celeiro» do concelho, concentra importantes testemunhos da ocupação humana desde o Neolítico Final e Calcolítico, das primitivas comunidades agro-pastoris e metalúrgicas que ocuparam territórios adjacentes. Detém, hoje, um lugar importante ao nível da indústria transformadora, em especial no setor primário (vinicultura e queijos), a par de uma industrialização crescente⁴.

Pinhal Novo, centro da cultura «caramela» e da economia vitivinícola, tem as suas marcas identitárias mais recentes – desde a 2ª metade do século XIX – alicerçadas na cultura ferroviária, sendo o caminho-de-ferro o motor de desenvolvimento local e de criação de uma

centralidade urbana. No passado, a sua relação com a terra era marcante, veja-se a este propósito a relevância da Herdade de Rio Frio, desde o período romano com os vestígios arqueológicos que documentam uma intensa atividade oleira (ex.: centro produtor de ânforas do Olho da Telha); depois, já durante os séculos XIX/XX, com o trabalho da vinha e do vinho⁵ que a torna uma referência em contexto nacional e com merecido reconhecimento europeu. Freguesia recetora de fluxos migratórios internos nos últimos dois séculos, constitui – como todo o território concelhio - lugar de acolhimento a migrantes de outros países, e território integrador de contributos distintos.

E Palmela, sede do concelho, coroada pelo castelo, centro do poder político-institucional da Ordem de Santiago, hoje património emblemático de âmbito internacional, e pelo Centro Histórico de raiz medieval, lugar de história e de memórias que a investigação, nos seus mais variados âmbitos, nos vai revelando numa cadência cada vez mais expressiva.

De salientar que estas diversidades são traduzidas não apenas em termos da geografia económica mas, sobretudo, ao nível das suas tradições e saberes, ainda de forte padrão rural. A paisagem agrícola que marcou o território rural evoluiu, dando lugar às primeiras indústrias que foram transformando a paisagem e o tecido social do território. E é exatamente o coabitar destas marcas que expressa as singularidades do território do concelho e da região.

Reportando cronologicamente a culturas ilustrativas de referência temos, a exemplo:

- Os testemunhos das primitivas ocupações humanas que marcaram com o seu cariz rural a prática da agricultura, da criação e pastoreio de gado, do trabalho da terra e das revoluções tecnológicas e culturais, das quais não podemos deixar de referir a produção das taças campaniformes «tipo Palmela»;
- Os vestígios da ocupação romana são conhecidos por todo o concelho. Alguns localizam-se próximos da cidade romana de Caetobriga (Setúbal) e ao longo do estuário do Sado, como a fortificação de Chibanês (Serra do Louro, Palmela) e a Olaria do Zambujalinho (Marateca). Outros, na margem sul do Tejo, como o Olho da Telha (Herdade de Rio Frio, Pinhal

Novo), integravam o território rural do Município Romano de Lisboa - Felicitas Iulia Olisipo;

- A permanência da cultura muçulmana durante 400 anos e do legado cultural herdado, que se reflete nos gestos do quotidiano da vila de Palmela;
- A cultura de cavalaria militar-religiosa representada na Ordem de Santiago durante toda a Baixa Idade Média até à extinção das Ordens Militares, em 1834;
- As culturas vitivinícola e «caramela» traduzidas no campo da Etnologia e da Etnografia, na História Económica e no Património Industrial. A marca da agricultura no território não se reduz ao vinho e à orizicultura, mas também ao montado e às atividades agro-pastoris, bem como a práticas menos intensivas do saber-fazer na terra;
- A cultura ferroviária que marcou a época contemporânea industrial e, a partir desta, toda uma indústria coetânea, desenvolvida nas várias áreas produtivas;
- O Património Imaterial que reflete a diversidade identitária do município e é eco da história que lhe dá sustento.

¹Rocio, S. (2004). Museo y territorio. Una tensión creativa. In *Encuentro Internacional Museo y Territorio* (pp.131-133). Siena e Sevilla, Madrid: Junta de Andalucía Consejería de Cultura

²Trabalho/Atividades sociais implicando as populações/comunidades e o seu envolvimento.

³Lastro, acervos, equivalente às memórias e artefactos das comunidades, o mesmo que artefactos e cultura imaterial.

⁴A atividade industrial em Quinta do Anjo tem um papel predominante, visto que é a freguesia que maior peso representa para o PIB nacional, fruto da presença da indústria automóvel (AutoEuropa).

⁵Também a exploração do montado é atividade de referência.

Âmbito de ação

O papel social do Museu está diretamente imbricado à consciência do seu espaço físico, o Território, que são os sítios e os lugares, as pessoas e a terra - os solos e a geologia -, a geografia e meio social... enfim, a Paisagem que o estrutura.

Contextualizando, e numa breve incursão ao conceito de Museu de Território enquanto prática museológica, a intervenção é feita no terreno da(s)/e com a(s) populações.

Neste quadro de ação, a abordagem do conceito de património constitui um todo: material e imaterial, onde se incluem a paisagem, os edifícios, sítios e objetos portadores de informação e de memória, aliados a uma carga simbólica e afetiva.

Neste sentido, a função primordial do museu, enquanto ciência de Comunicação transdisciplinar, efetiva-se na partilha do conhecimento através da Exposição e de outras ações comunicantes com os públicos e não públicos, implicando as funções de Estudo, Incorporação, Inventário e Conservação. Consequentemente, o museu, de acordo com o pensamento Riveriano⁶, é «um sítio de educação e de pesquisa», sendo a memória e as identidades os símbolos e instrumentos dinâmicos da educação.

O conceito de MUSEU DE TERRITÓRIO é o que melhor representa, enquadra e define o Museu Municipal de Palmela, no sentido da conciliação entre o passado histórico e a salvaguarda das suas memórias, contribuindo para o desenvolvimento sustentado do território.

As fronteiras, enquanto linhas limite de uma área, mantêm a sua função de identificação geográfica, mas esbatem-se no mundo globalizado atual. As soluções tecnológicas que temos ao dispor, sem paralelo noutra época histórica, atenuam os marcos geográficos permitindo que a maior parte das regiões que povoam o mundo estejam ao alcance, em tempo real.

Esta proximidade latente traz, ao nível do conhecimento e das relações de vizinhança (que aqui atingem um contexto profundamente mais lato), benefícios inquestionáveis. Permite,

por exemplo, que um território possa ser facilmente entendido pela proximidade temática aos seus territórios de fronteira secular ou, no sentido inverso, pelas diferenças que os caracterizam. Permite, ainda como exemplo, otimizar os recursos de cada município através da operacionalização das semelhanças e/ou diferenças, numa estratégia concertada.

É neste âmbito de operacionalização da proximidade que o Museu Municipal de Palmela se revê. Não mais faz sentido isolarmo-nos no interior das fronteiras geográficas, tendo instrumentos que nos permitem ligar-nos aos outros. Sobretudo, se nos for acessível a partilha de recursos e de conhecimentos, que a todos se traduz em mais-valias.

Nesta nova etapa do Programa Museológico consideramos fundamental sublinhar a disponibilidade do Museu para trabalhar em parceria com outros municípios, como estratégia partilhada de desenvolvimento regional.

Para além dos temas que prevalecem no território, importa agir, no âmbito de ação do Museu, em matérias globais. As alterações climáticas são um dos maiores problemas que a humanidade enfrenta. Consideramos que cabe ao Museu não só o papel de traduzir o conhecimento que existe, como sensibilizar e promover uma alteração urgente e efetiva de comportamentos.

A participação de todos é fulcral para travar as alterações climáticas e os efeitos sobre o Património Cultural (ex.: o património arqueológico é muito vulnerável a estas alterações; a conservação do Castelo de Palmela será muito difícil perante fenómenos climáticos extremos e os efeitos sobre o acervo que compõe as coleções do Museu poderão ser devastadores), a Paisagem Cultural e o Mundo, como o conhecemos.

Assim, através de um plano estratégico integrado, do qual a comunidade local é agente e destinatário privilegiado, o Museu pretende rentabilizar e otimizar os seus recursos e contribuir para um futuro sustentável, dinâmico e inovador, num trabalho articulado com outras entidades/regiões.

Visão, Missão e Valores

Visão

Um museu reconhecido pela comunidade local, assim como por quem nos visita, como um espaço cultural acessível, inclusivo e inspirador, que interpreta o território e o mundo por meio da salvaguarda do património, da sua exposição e dinamização.

Missão

Salvaguardar, investigar, interpretar e expor o património cultural do território, por meio de um diálogo permanente e inclusivo com a comunidade local, e numa articulação com os temas globais relevantes.

Valores

O Museu opera com base em Valores subjacentes a todas as atividades realizadas e serviços disponibilizados:

- **Conservação:** os ativos tangíveis e intangíveis culturais recolhidos pelo Museu são fontes para a história e identidade local e um legado do património às gerações futuras;
- **Investigação e Educação:** a pesquisa e divulgação do património cultural local são a base do nosso trabalho;
- **Cidadania e Inclusão Social:** a construção de relacionamentos e de processos colaborativos consolida as raízes sociais do Museu e torna-se um estímulo para a criatividade e democratização da oferta cultural;
- **Qualidade e Comunicação:** o rigor na conceção e na prestação de serviços, aliada à eficácia e clareza da informação do que queremos construir e transmitir;
- **Serviço Público:** trabalhamos para os cidadãos, sem privilegiar interesses particulares ou de grupos, nos termos da Carta Ética da Administração Pública;

Assumimos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁷ como meta pelo que, e sempre que possível, cada projeto ou atividade tem em conta a sua promoção e cumprimento.

Objetivos

Objetivos Gerais

- 1) Assegurar a gestão integrada do Património Cultural do concelho;
- 2) Salvaguardar, valorizar e divulgar o Património Cultural Material e Imaterial, promovendo a sua investigação e inventário de acordo com a legislação e os Instrumentos de Gestão Urbanística e de Ordenamento do Território vigentes;
- 3) Fomentar um trabalho interdisciplinar e transversal, com outros serviços da autarquia e entidades do município e da região, também articulando parcerias com entidades nacionais e internacionais que permitam produzir conhecimento, salvaguardar e valorizar o Património Cultural.
- 4) Divulgar as parcerias museológicas de acordo com uma estratégia de valorização e de afirmação da diversidade sociocultural do concelho;
- 5) Garantir a conservação, estudo e salvaguarda das coleções locais, com a criação, instalação e gestão de Reservas do Museu;
- 6) Assegurar, através do Serviço Educativo e, sempre que necessário em articulação com outras entidades, a realização de ações pedagógicas dirigidas a escolas, mas também a outros grupos;
- 7) Planear, programar, coordenar e realizar iniciativas de âmbito cultural;
- 8) Gerir a ocupação da Igreja de Santiago e demais Espaços Museológicos do Castelo, no quadro das funções atribuídas a esse espaço pelo Programa de Recuperação e Animação do Castelo (PRAC) e Regulamento de cedência e utilização de espaços no Castelo;
- 9) Assegurar a publicação regular de edições relativas às coleções e aos estudos produzidos;
- 10) Promover uma comunicação e divulgação acessíveis e eficazes com vista a incluir os diversos públicos do Museu Municipal e do Património Cultural;
- 11) Garantir maior acessibilidade aos espaços visitáveis e ao conhecimento, proporcionando a inclusão de todos os cidadãos;
- 12) No âmbito de uma política social e cultural, potenciar a Educação para a Cidadania, integrando no discurso museológico as matérias que marcam a sociedade contemporânea.

⁶ Georges Henri Rivièrè, teórico francês, figura incontornável da museologia, introduziu o conceito de museu de território.

⁷ ODS's: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

Objetivos programáticos

- 1) Realizar, pelo menos, duas exposições temporárias anuais que expressem a investigação realizada;
- 2) Atualizar anualmente o programa pedagógico do Serviço Educativo e realizar atividades pedagógicas para, pelo menos, 70% das escolas do concelho;
- 3) Assinalar Dias Comemorativos, tais como: Dia Nacional dos Centros Históricos, Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, Dia Internacional dos Museus, Dia Internacional da Arqueologia, Jornadas Europeias do Património, Dia Nacional dos Castelos, Restauração do Concelho;
- 4) Inventariar as coleções museológicas através da conceção e aplicação de um Manual de Boas Práticas de Inventário;
- 5) Gerir as Reservas Museológicas garantindo o acesso à comunidade local e científica;
- 6) Garantir a salvaguarda e preservação do património arqueológico urbano, integrando-o no quotidiano dos núcleos históricos do concelho através da sua investigação, valorização e divulgação à sociedade;
- 7) Colaborar na construção de instrumentos de Planeamento e de Ordenamento do Território e das Cartas de Sensibilidade Arqueológica do centro Histórico de Palmela e do concelho;
- 8) Dar continuidade à Carta do Património e manter atualizada a Carta Arqueológica do Concelho;
- 9) Dar continuidade ao inventário do Património Edificado;
- 10) Colaborar, por meio de investigação, para os processos de Classificação de Monumentos e Conjuntos;
- 11) Prosseguir o trabalho de identificação e estudo do Património Vitivinícola;
- 12) Continuar o estudo transdisciplinar do Centro Histórico de Palmela e respetivos Núcleos Históricos do concelho, promovendo a salvaguarda do património arqueológico e arquitetónico pré-existente e o património imaterial, integrando-os na paisagem urbana e no quotidiano dos lugares através da sua valorização e divulgação;
- 13) Prosseguir o estudo da terra e ocupação dos solos e modos produtivos no quadro do território;
- 14) Divulgar o território Arrábida num trabalho de parceria com a AMRS e com os municípios e entidades da região;
- 15) Materializar a criação de uma nova narrativa museográfica sobre a Coleção de Escultura
- S. Tiago - instalando-a na sacristia da Igreja de Santiago - por razões de conservação, acessibilidade e comunicação. Este espaço de abertura permanente ao público será dedicado à presença da Ordem de Santiago em Palmela (durante cerca de 500 anos) através de um circuito expositivo que integrará a própria Igreja de Santiago, passando pelo coro-alto, pela visita ao relógio monumental, Paços de D. Jorge, em comunicação com a Casa Capelo/antiga Casa do Prior Mor;
- 16) Musealizar a Casa Capelo dedicando-a à leitura do território, partindo do seu centro de poder, o castelo, e ao explorador Hermenegildo Capelo, que aqui nasceu;
- 17) Tornar o Museu – A Estação um espaço de referência na vida das pessoas da vila de Pinhal Novo e da região, com a promoção regular de atividades e desenvolvimento de projetos;
- 18) Garantir melhores condições de acesso e inclusão de todas as pessoas através da adaptação dos espaços físicos, da capacitação de equipas, da produção de conteúdos, programas e sua divulgação, atendendo à diversidade e características dos diversos tipos de públicos, nomeadamente pessoas com deficiência e grupos sociais sub-representados.
- 19) Recuperar as potencialidades do tema Transmissões Militares no Castelo de Palmela;
- 20) Editar dois números anuais do Boletim +Museu;
- 21) Identificar financiamentos comunitários e promover candidaturas;
- 22) Contribuir para o programa de Formação para a Comunidade, no âmbito de projetos desenvolvidos em torno do Património Cultural;
- 23) Garantir um plano de formação para a equipa do Museu, em várias áreas, para uma melhoria contínua;
- 24) Comunicar, de modo eficaz, não só para devolver o conhecimento que resulta do estudo e investigação produzidos, como para sensibilizar a população e entidades que atuam no território para a importância do compromisso de responsabilização, para uma gestão integrada do Património Cultural local.

2. ORGÂNICA

Modelo de Gestão

O histórico do Museu Municipal de Palmela – as estratégias de relacionamento entre as diferentes unidades territoriais, as suas componentes e os seus objetivos, missão e visão -, permite defini-lo da seguinte forma: **Descentralização territorial e centralização funcional**⁸, o que significa que o Museu Municipal de Palmela constitui um Museu de Território, apoiado nas metodologias de trabalho adotadas e nas parcerias museológicas representativas das dinâmicas e identidades locais.

Há uma instância coordenadora de tutela municipal que garante a existência de recursos: técnicos, científicos e financeiros para o funcionamento do Museu, garantindo as funções museais (investigação, formação, conservação e segurança, inventário/documentação, educação/comunicação) com vista a uma otimização de meios humanos, técnicos e financeiros afetos às práticas museológicas e à própria instância-coordenadora⁹.

Equipa

Na composição da equipa é fundamental assegurar a existência de recursos humanos com competências adequadas às várias áreas de trabalho, e em número suficiente para o cumprimento da missão do Museu e para a sua gestão diária.

A direção do Museu é assegurada pelo/a dirigente da unidade orgânica que tutela a área do Património Cultural.

Os serviços técnicos compreendem as áreas de coordenação, estudo e investigação, documentação e gestão de coleções, conservação e segurança, exposição, serviço educativo, divulgação e comunicação.

Os serviços administrativos asseguram o apoio administrativo na sua globalidade, garantindo o cumprimento dos procedimentos internos.

Os serviços auxiliares/operacionais garantem a receção, o acolhimento e o apoio ao visitante, assim como a manutenção e vigilância dos espaços.

Instalações

O Museu Municipal está sediado no Castelo de Palmela onde possui espaços de trabalho técnico e administrativo; uma sala/oficina para o Serviço Educativo; um espaço de exposições temporárias na Igreja de Santiago; espaços de exposição permanente: Espaço Arqueológico (6 salas, uma das quais inclui um mini-auditório), Espaço de Transmissões Militares, Coleção de Escultura S.Tiago. Está também situada no Castelo a reserva arqueológica e o Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GESOS).

O Castelo está dotado de Posto de Turismo, lojas de produtos artesanais e cafetaria/restaurante (estes últimos de gestão privada) e sanitários públicos. Encontra-se também no castelo a Pousada de Palmela, de gestão privada, que ocupa o antigo convento da Ordem de Santiago. Na freguesia de Pinhal Novo está sediado o espaço Museu - A Estação, no antigo edifício de passageiros da estação ferroviária, dedicado à memória da comunidade ferroviária, matriz da sociabilidade da vila.

As Reservas Museológicas estão dispersas: uma visitável – com a Coleção de Escultura S. Tiago - instalada nos Paços de D. Jorge e no Coro-Alto da Igreja de Santiago; outra instalada na antiga EB1 de Aires. Dispõe ainda de um Depósito para incorporação de acervo arqueológico.

O Centro de Investigação do Património Cultural situa-se no Centro Histórico de Palmela e, após a conclusão da obra, passará a acolher parte da equipa do Património Cultural. Integrará áreas de análise, estudo e investigação sobre Património Arqueológico, assim como a incorporação, salvaguarda e preservação da coleção arqueológica e respetivo laboratório para estudo e conservação de peças.

Esta dispersão de equipamento traz dificuldades, quer do ponto de vista da gestão, quer no que diz respeito à distribuição de recursos. Projetamos conquistar, a médio/longo prazo, um edifício que possa um dia comportar espaços de exposição, reservas museológicas, centro de investigação e documentação, oficina de conservação e restauro e espaços de Serviço Educativo, assim como outras valências complementares.

Horário e acesso público

Está definido o horário (inverno/verão).

Documentos de apoio

Regulamento do Museu Municipal;
Regulamento de Cedência e utilização do Castelo e da Igreja de Santiago;
Protocolo com o Museu Nacional de Arte Antiga - Depósito Escultura de Santiago;
Protocolos com os Parceiros museológicos locais, com quem estabelecemos uma relação de parceria;
Acordo de colaboração com o Exército Português, no âmbito do Espaço de Transmissões Militares.

3. GESTÃO DE COLEÇÕES

O Museu garante o Registo, Inventário e Documentação dos bens culturais incorporados, de acordo com as normas em vigor, e procede à atualização de dados, assegurando a identificação e o controlo dos bens e os respetivos direitos de propriedade.

A totalidade dos bens deve estar registada no Livro Geral de Inventário em papel e em suporte digital, deve ter cópias de segurança, de acesso restrito, a fim de garantir a inviolabilidade e permanência dos dados. A atualização do Inventário na Base de Dados MATRIZ 3.0 permitirá disponibilizar, progressivamente, as diversas coleções ao público. É necessária prover a criação de um Manual de Boas Práticas de Inventário, com base num *Thesaurus* adequado à coleção.

Os depósitos são registados e recebem por cada bem um número individualizado, a que corresponde uma ficha de inventário sumário.

Acervo

Palmela, apesar de durante séculos – do XV ao XIX – ter sido sede de uma importante Ordem Religiosa e Militar, não é proprietária de património histórico-artístico móvel de interesse notável, facto que terá causas tão diversas como: a ação dos invasores franceses, a extinção das Ordens Militares em 1834 e a extinção do concelho em 1855 (e sequente integração dos espólios documental e artístico em entidades fora do atual território municipal), acidentes diversos (ex.: incêndios) e vandalismo a que alguns imóveis estiveram sujeitos após a desativação do Castelo enquanto reduto defensivo de grande importância.

Contudo, possui um imponente conjunto de estruturas arquitetónicas classificadas como Monumentos Nacionais – Castelo e Igreja de Santiago, Grutas Artificiais do Casal do Pardo (Quinta do Anjo), Pelourinho da vila de Palmela; Sítios de Interesse Público – Castro de Chibanes; Monumentos de Interesse Público como o Cine-Teatro S. João, Chafariz de D. Maria I, Capela de S. João, ou os de Interesse Municipal como a Sociedade de Instrução Musical, a arquitetura industrial da antiga Adega de Algeruz e o Museu de Música Mecânica; os núcleos urbanos históricos com património arquitetónico de referência; um variado leque de costumes e tradições agrícolas (agro-pastoris e vitivinícolas, com algumas produções de reconhecida qualidade a nível regional, nacional e internacional); atividades oficiais em recessão ou já desaparecidas; um ativo associativismo nas áreas do folclore e da música filarmónica. Todas estas especificidades constituem um importante manancial patrimonial a estudar, a preservar e a divulgar, de forma a alicerçar identidades locais fortes e a preservar e construir a memória coletiva, propiciadoras de um desenvolvimento social e cultural relevante, capaz também de acolher e de garantir a integração das novas comunidades que se instalam no Município. Abrir novas perspetivas de leitura do território através do olhar incidente sobre o património - seja o histórico-edificado, o arqueológico, o imaterial ou o natural - tem guiado a ação até agora desencadeada pelo Museu Municipal.

O primeiro espaço de exposição permanente – Núcleo do Castelo/Espaço Arqueológico - abriu ao público em maio de 1996 – tendo sido requalificado em 2013, no âmbito do Programa

de Recuperação e Animação do Castelo de Palmela. Seguiram-se-lhe, no Castelo, o Espaço de Transmissões Militares e a Reserva de Escultura S. Tiago.

O Museu privilegia a preservação *in situ* de coleções e edifícios, a incorporação de espólios etnográficos e oficinais que espelhem a cultura local, e a integração, a título de depósito, dação ou doação, de coleções ou objetos significativos para a memória local.

O acervo móvel atual é constituído por coleções arqueológicas provenientes das intervenções arqueológicas desenvolvidas no concelho desde 1988; por coleções etnográficas que integram diferentes ofícios tradicionais, assim como acervos representativos do Centro Histórico de Palmela e do Cine-Teatro de S. João. Uma destas coleções etnográficas evoca a cultura Caramela e está parcialmente exposta na Quinta Pedagógica «Casa Caramela», da Fundação COI, situada na Palhota.

De propriedade municipal é também um conjunto de obras de artes plásticas contemporâneas resultantes da realização de exposições temporárias na Igreja de Santiago e noutros equipamentos de gestão e/ou propriedade municipal, e de ofertas dos seus autores ao Município.

A partir de exposições temporárias patentes no Castelo/Igreja de Santiago - respetivamente dedicadas à iconografia de S. Tiago e aos sistemas de Transmissões Militares - estabeleceram-se parcerias entre a autarquia e o Museu Nacional de Arte Antiga, e o Museu Municipal e o Exército Português, que garantem o depósito de peças, propriedade daquelas entidades, no Museu Municipal de Palmela.

De destacar, ainda, o depósito do espólio oficial «Oficina do Ferreiro Faria», que resultou de uma ação conjugada dos proprietários, da Junta de Freguesia de Pinhal Novo e da Câmara Municipal/Museu Municipal.

O protocolo estabelecido entre a autarquia e particulares permitiu integrar, também como depósito, um vasto acervo tecnológico, vitivinícola e ferroviário.

Outros Protocolos a celebrar entre a Câmara Municipal e outros organismos, sempre que enquadrados na missão do Museu e na salvaguarda do património cultural, podem viabilizar o depósito de peças e/ou coleções de particular importância na História Local.

Além do acervo móvel, o Museu Municipal é responsável pela gestão, manutenção e monitorização de sítios arqueológicos - ex.:

Castelo de Palmela, Alto da Queimada, Grutas Artificiais do Casal do Pardo (monumento funerário propriedade da autarquia), Rua de Nenhores e Espaço Cidadão - estruturas arqueológicas musealizadas; procede a ações de conservação e restauro partilhando responsabilidades com a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC); inventaria e colabora nos processos de classificação de património imóvel; desenvolve ações de recolha de património imaterial que alimentam o seu Arquivo de Fontes Orais e permitem construir um importante acervo de memória.

Reserva Museológica e Arqueológica

O Museu situa-se numa tensão entre Conservação e Desenvolvimento; por um lado, o objeto reporta a sua história, o passado e a sua função primária; por outro, questiona-nos, e dessa interrogação/intervenção no presente assenta o que nos conduz a uma continuidade futura. Daí a importância fulcral das Reservas, habitat residencial das coleções/peças que, por fatores diversos, não têm lugar na exposição. Ali se instalam e se cuida dos acervos no intuito de lhes prolongar a existência, garantindo o resgate de memórias e testemunhos materiais da cultura no sentido mais lato.

No contexto do atual Programa Museológico é objetivo requalificar os edifícios designados por Reserva Museológica e Depósito de Arqueologia, garantindo a aplicação dos procedimentos e as boas práticas de gestão, e suprimindo as dificuldades atuais de incorporação do acervo, assim como garantir condições para abrir as Reservas Museológicas ao público investigador e escolar.

O Depósito de Arqueologia complementa a Reserva Arqueológica¹⁰ como solução encontrada para depósito do acervo arqueológico que aguarda estudo e inventariação – considerando a reduzida área da Reserva e o significativo volume de espólio frequentemente incorporado no Museu, por Mandato Legal, depósito e doação.

Segurança e Conservação Preventiva

A Lei-Quadro dos Museus Portugueses – Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto – estabelece a necessidade de garantir a segurança dos bens à guarda das instituições museológicas. Essa segurança integra a necessidade de um plano de Conservação Preventiva e de um plano de Segurança, o que exige uma avaliação de riscos para as coleções e permite definir linhas de investimento em equipamentos, minimizando a degradação de bens móveis e imóveis.

A criação de planos de segurança contra incêndio, intrusão, catástrofes – inundações, sismos, derrocadas -, falhas de equipamento, movimentação de peças, fatores ambientais de degradação (ex.: pragas/infestações, poluentes, luz, humidade, temperatura) entre outros, são responsabilidade da tutela do Museu em articulação com o Serviço Municipal de Proteção Civil, Bombeiros e forças de segurança locais. A monitorização, treinos regulares e vistorias são parte integrante destes planos.

Política de Incorporação de Bens

A política de incorporação definida pelo Museu Municipal respeita o constante na Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, na Lei n.º 107/01, de 8 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, e no Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho, com as alterações definidas pelo DL n.º 287/2000, de 10 de novembro.

⁸LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia – «Analisar e comparar entidades museológicas e para museológicas», in *VII Encontro Nacional Museologia e Autarquias. Actas*, Seixal: C. M. Seixal, 1998, p.103

⁹*Ibidem*, pág. 104

¹⁰Está em curso o projeto de execução do Centro de Investigação de Património Cultural de Palmela, no qual ficará instalada a área e Reserva de Arqueologia.

4. ESTUDO E INVESTIGAÇÃO

O Estudo e Investigação são funções básicas do Museu. A recolha e análise de informação, subordinada a diferentes temáticas e a diferentes épocas, permite a constituição de um acervo documental imprescindível à construção do conhecimento, que dará lugar à divulgação/dinamização do Património através da conceção de exposições, criação de atividades e recursos pedagógicos, organização de encontros e conferências e edição de publicações.

O Programa Museológico define como áreas prioritárias de estudo e investigação:

- A Carta de Patrimónios do Concelho de Palmela, em permanente construção, constitui uma ferramenta de identificação e salvaguarda. Integra a Carta Arqueológica, o Património Histórico Edificado e outros valores patrimoniais considerados relevantes;
- O Património Arqueológico do Concelho (imóvel e móvel), privilegiando o estudo sobre o povoamento antigo e os modelos de exploração do território desde a Pré-História Antiga à atualidade, prosseguindo, em particular, a investigação e o investimento na preservação das jazidas arqueológicas situadas no território Arrábida.
- O inventário do Património Cultural, de modo a que essa informação possa ser integrada nas diferentes ferramentas de planeamento e de ordenamento do território, como o Plano Diretor Municipal ou os Planos de Pormenor;
- O Arquivo de Fontes Orais através da realização de entrevistas que permitam recolher memórias para o melhor entendimento das identidades e manifestações culturais, assim como prover pela sua salvaguarda e divulgação;
- As várias temáticas que dão forma à Arrábida, numa perspetiva intermunicipal;
- A vitivinicultura no contexto da história da agricultura do concelho de Palmela, mas também como marca de inovação tecnológica em diferentes momentos;

- A Cultura Caramela enquanto identidade marcante do território, transversal a Pinhal Novo e a outras freguesias do concelho e concelhos limítrofes;
- A importância dos transportes na centralidade do concelho de Palmela, com destaque para o caminho-de-ferro associado à génese da atual vila de Pinhal Novo;
- As Artes performativas, no âmbito da parceria com o Festival Internacional de Gigantes (FIG), com enfoque nas tradições musicais da região e no Projeto «Palmela é Música»;
- O Centro Histórico de Palmela que, após a intervenção no Espaço Cidadão, permitiu identificar novas linhas de investigação;
- Os Ofícios Tradicionais, linha que compreende não só os que se mantêm em atividade, como os já extintos, mas cuja relevância nos permite compreender a vida neste território ao longo dos tempos, assim como resgatar/ assegurar as técnicas tradicionais associadas;
- A história da erradicação da Malária em Portugal como exemplo da investigação científica de ponta que, na 1.ª metade do século XX, tal como hoje, se desenvolveu no concelho (Centro de Estudos de Vetores e Doenças Infecciosas que se fixou em Águas de Moura¹¹);
- Personalidades com ligação ao território.

5. ESPAÇOS EXPOSITIVOS DE GESTÃO MUNICIPAL

Castelo

Casa Capelo

É objetivo dotar a Casa Capelo como espaço expositivo de referência que abordará a história do território, partindo do castelo como centro de poder, atravessando temáticas como a Ordem de Santiago, a região Arrábida e estabelecendo ligação com as demais freguesias do concelho; abordará igualmente o explorador Hermenegildo Capelo, que aqui nasceu.

Espaço Arqueológico

No âmbito da implementação do PRAC¹² realizaram-se intervenções arqueológicas no monumento com o objetivo de encontrar novas leituras para a vida da fortificação e de garantir o devido acompanhamento das obras de construção.

Os vestígios estruturais e materiais que as escavações revelaram, impuseram - pela sua importância e qualidade documental - uma revisão do projeto arquitetónico previsto para as várias salas da Praça de Armas, procurando garantir a conservação e integração dos vestígios arqueológicos *in situ*.

O espaço museológico resultante desta intervenção ocupa atualmente 6 salas da Praça de Armas. Embora dedicado genericamente à arqueologia no concelho (salas 1, 2 e 5), privilegia os vestígios e espólio encontrados no próprio castelo (salas 3 e 6) e na vila de Palmela, significativos da sobrevivência de influências islâmicas ao nível técnico e cultural até ao séc. XV, e da permanência da Ordem de Santiago, tão marcante no castelo, como na evolução urbana, entre os séculos XV e XIX.

¹¹Centro de Estudos de Vetores e Doenças Infecciosas Dr. Francisco Cambournac (CEVDI) do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge /Museu da Saúde

¹²Programa de Recuperação e Animação do Castelo

Espaço de Transmissões Militares

Em 1885, com a instalação no Castelo de um Heliógrafo para o serviço militar de transmissões telegráficas óticas, a telegrafia militar fica sediada neste edifício – conhecido como Casa dos Radiotelegrafistas - até à transferência para a Serra da Arrábida, em 1993, do último posto retransmissor que o Exército possuía em Palmela.

A coleção exposta - maioritariamente oriunda do antigo Museu da Arma de Transmissões do Exército Português - inclui espólio representativo dos meios de transmissão físicos e sonoros, visuais e óticos (destaque para a telegrafia ótica), elétrico-eletrónicos (material telefónico e telegráfico), manuais de instrução, material de linhas e de medida e ensaio, equipamento TSF e de feixes hertzianos. A faixa cronológica estende-se do período islâmico à Guerra Colonial portuguesa.

A recuperação deste espaço para fins museológicos proporcionou uma renovada leitura histórica do monumento, realçando uma das suas mais importantes funções.

Igreja de Santiago

Localizada dentro da cerca primitiva do Castelo, constitui um notável templo da 2.ª metade do século XV, classificado como Monumento Nacional, em 1910.

Sendo em si própria um objeto museal, a Igreja constitui também um lugar municipal¹³ de excelência para realização de exposições monográficas, de artes plásticas, espetáculos musicais, palestras e atos protocolares. A sua gestão é da responsabilidade do Museu Municipal.

São visitáveis os espaços contíguos que dão acesso à Coleção de Escultura S. Tiago e ao relógio (tecnologia do séc. XVIII) da torre sineira.

A Coleção de Escultura S. Tiago - propriedade do Museu Nacional de Arte Antiga - integra obras de estatuária antiga dos séculos XV, XVI e XVII, em pedra e madeira, de diferentes oficinas escultóricas e diversas representações do patrono da Ordem Religiosa e Militar sediada no Castelo de Palmela, entre os séculos XV e XIX.

Esta coleção, após as obras de impermeabilização dos terraços da Sacristia e de requalificação da própria Sacristia, passará a habitar este espaço com uma melhoria significativa no que diz respeito à acessibilidade dos públicos.

Torre de Menagem

A Torre de Menagem, que atualmente alberga uma pequena exposição sobre o episódio Almenara, será alvo de uma abordagem que permita novas leituras do seu interior.

Sítios Arqueológicos Visitáveis

Alguns dos sítios arqueológicos estudados, ou em investigação, assumem notável relevância na compreensão do território e dos modos de vida das comunidades desde as primitivas ocupações. Refiram-se:

Grutas Artificiais do Casal do Pardo (Quinta do Anjo)

Identificada no ano de 1876, a necrópole é composta por quatro grutas artificiais de tipo Coelheira, tipologia característica das Penínsulas de Lisboa e Setúbal. Estas estruturas funerárias possuem uma câmara, provida de abóbada com claraboia superior central; uma antecâmara ovalada que medeia a ligação do exterior com o interior através do corredor com desnível descendente para a antecâmara.

As Grutas Artificiais de Casal do Pardo (Quinta do Anjo), construídas nos últimos séculos do 4.º milénio a.n.e., continuaram a ser utilizadas como espaço de morte durante cerca de 1500 anos, sendo definitivamente abandonadas no início do 2.º milénio a.n.e. Em 1934, foram classificadas como Monumento Nacional.

É um dos exemplos mais paradigmáticos do megalitismo no quadro da Pré-História Peninsular, reconhecido à escala europeia como um complexo regional do campaniforme: o Tipo Palmela. Deste monumento são oriundas as primeiras taças campaniformes e pontas de cobre Tipo Palmela, peças com características singulares que ficaram mundialmente conhecidas com esta designação.

Alto da Queimada

A alcaria do Alto da Queimada, com vestígios de ocupação desde o período Romano até ser abandonada no começo do século XI, é um importante testemunho da ruralidade que dependia política e administrativamente do Castelo de Palmela, ponto organizativo do território durante a permanência muçulmana. Esta aldeia islâmica, com um sistema económico baseado na exploração agro-pastoril, assume-se como um dos pontos de maior relevância na Arrábida, com a presença da primeira mesquita islâmica da região, que permaneceu como lugar de culto e de aprendizagem por vários séculos. Integra a Zona Especial de Proteção do povoado fortificado de Castro de Chibanes.

Castro de Chibanes, na proximidade do Alto da Queimada, é um povoado fortificado implantado num ponto elevado e dominante na Serra do Louro, com extenso domínio visual do território que o circunda. Para norte, observa-se o estuário do Tejo e a sul o do Sado.

O perímetro muralhado deste povoado estende-se por 1ha, integralmente protegido por um complexo sistema defensivo, implantado na vertente norte (Calcolítico Inicial).

A sua construção remonta ao Calcolítico (início do 3.º milénio a.n.e.), documentando-se uma ocupação efetiva iniciada há 4 800 anos. Após um período de abandono, no final do Calcolítico – Campaniforme –, o local é novamente reocupado sofrendo reformulações significativas na Idade do Ferro (séculos II-I a.n.e.), durante um período de grande instabilidade sociopolítica. O povoado permanece sucessivamente reocupado, registando novas reformulações na fase Romano-Republicana, com a construção de um sistema abaluartado com funções militares e defensivas.

A economia praticada pelas comunidades que o habitaram assentava num sistema de exploração agro-pecuário, complementado pela caça, pesca e recolha de recursos marino-estuarinos. A prática da olaria, da tecelagem e da metalurgia do cobre encontram-se bem documentadas em Chibanes.

Classificado como Sítio de Interesse Público em 2011, embora no território municipal, a sua gestão cabe ao MAEDS (Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal).

Centro Histórico de Palmela

Espaço Cidadão

O Espaço Cidadão, para além de outras funções, é sede da Junta de Freguesia. Situado no Largo do Mercado, constitui uma galeria privilegiada de exposição subordinada à história deste lugar. Possui elementos arquitetónicos do século XV/XVI, musealizados e integrados no edifício (interior e exterior), e uma exposição permanente «Fecha-se uma porta, abre-se uma janela!», que complementam a leitura patrimonial do local durante as visitas guiadas e a utilização quotidiana, através de suportes informativos/interpretativos sobre a memória histórico-arqueológica; assim como exposições temporárias dedicadas aos Patrimónios do Centro Histórico.

O Espaço Cidadão é um palimpsesto da arquitetura Medieval e Moderna, que nos conta a história das gentes que nele habitaram, de um núcleo urbano ainda sobre domínio da Ordem de Santiago e de uma mundividência marcada pela presença de importações oriundas de Espanha, Itália, Holanda, França, China.

As visitas aos espaços mais reservados são possíveis, mediante marcação prévia.

Rua de Nenhures

Arqueossítio situado na encosta norte do Castelo, junto ao Arrabalde, local do primitivo núcleo de povoamento muçulmano da vila de Palmela, reúne importantes testemunhos da vivência de diferentes populações desde o Período Medieval Islâmico, Medieval Cristão e Moderno.

As intervenções arqueológicas realizadas puseram a descoberto distintos vestígios do urbanismo islâmico e cristão, legado cultural de maior relevância que, além da bateria de 30 silos de origem muçulmana – época almóada -, preservava parte de uma área habitacional com contextos e momentos de ocupação distintos, desde o século XIII ao XVIII.

Mercado Velho

O «Mercado Velho», área adjacente ao Espaço Cidadão, documenta a relevância da urbe Medieval e Moderna através de distintos vestígios arqueológicos registados em 2002, numa fase prévia à construção do novo edifício. A memória arqueológica desta intervenção permanece no local através de dois painéis expositivos com informação sobre os quotidianos da vila e das populações que aqui habitaram, entre os séculos XIII e XVI, com um notável conjunto de importações dos reinos cristãos de Aragão e Castela; das Repúblicas Italianas e do reino muçulmano de Granada, para além dos elementos residuais de época romana e das numerosas cerâmicas que sugerem a permanência de oleiros muçulmanos, ou de uma continuidade da tradição oleira de raiz muçulmana, em Palmela, após a conquista cristã.

Cine-Teatro S. João

Exposição de longa duração reformulada e inaugurada por altura da celebração do aniversário dos 70 anos do equipamento, em julho de 2022, destinada a representar a importância deste equipamento cultural na vida sociocultural de Palmela e da região. A visita guiada inclui a visita de espaços habitualmente vedados aos públicos, e a realização de oficinas sobre cinema e outras artes. O Cine-Teatro S. João data de 1952 e está classificado como Monumento de Interesse Público desde 24 de dezembro de 2012.

Museu - A Estação

Pinhal Novo nasceu e cresceu em torno da sua Estação Ferroviária, cujo primeiro edifício foi construído na década de 60 do século XIX. É o maior entroncamento ferroviário a sul do Tejo e a atividade ferroviária contribuiu de forma determinante para a evolução da vila. Este novo espaço museológico – construído maioritariamente com peças da comunidade local - vem, de forma definitiva, dotar a freguesia de Pinhal Novo de um olhar reflexivo acerca deste território.

6. SERVIÇO EDUCATIVO

O museu assume-se com um lugar de encontro pelo gosto da descoberta, compreensão da memória coletiva e do património cultural, num ambiente de aprendizagem e de reflexão. O seu papel social é entendido no quadro de uma educação não-formal e informal, e exerce-se em estrita articulação com a Comunidade Educativa local. O Serviço Educativo (SE) planeia, desenvolve e avalia um programa de atividades regulares e projetos, com os docentes do concelho e outros parceiros. Integra também a Equipa Multidisciplinar de Educação Municipal (EME) e o Projeto Educativo Local (PEL).

Para além das atividades dirigidas ao público escolar, programa um conjunto de projetos e iniciativas que visam potenciar o contacto dos diferentes públicos com o Património Cultural do concelho. Faz parte da sua programação anual o programa «Férias a Crescer» que tem lugar na Páscoa, no verão e no Natal, e a celebração de dias comemorativos tais como o Dia dos Museus, as Jornadas Europeias do Património, entre outros assinalados no seu programa pedagógico.

7. PARCERIAS

O Museu Municipal procura a aproximação e o envolvimento comunitário nos projetos desenvolvidos nas diferentes áreas de atuação, fomentando a interdisciplinaridade.

Para além da programação pedagógica da sua inteira responsabilidade, mediante a celebração de protocolos de colaboração, presta apoio técnico e articula a realização e divulgação de atividades em parceria com entidades privadas do concelho, com o objetivo de tornar acessível aos públicos o conhecimento relativo às várias identidades locais. Nestes protocolos o Museu assume que, ao público escolar do concelho em visita organizada ao local, assim como a outros públicos organizados inseridos em projetos municipais, não seja cobrada tarifa (garantindo a autarquia estes custos, bem como a deslocação através do transporte municipal).

Parceiros do Museu Municipal

Museu do Ovelheiro - ARCOLSA¹⁴

O Museu do Ovelheiro, situado no espaço da ARCOLSA em S. Gonçalo (Cabanas), tem como objetivo contribuir para a salvaguarda do aparato simbólico e funcional que compõe a atividade do Maneio das ovelhas. Durante a visita os participantes são convidados a observar o tratamento das ovelhas que habitam o espaço e a confeccionar queijo, mediante solicitação prévia.

Museu da Música Mecânica¹⁷

Museu construído de raiz, acolhe uma coleção privada de mais de 600 instrumentos de música mecânica que datam desde o final do século XVIII até à 1.ª metade do século XX, de relevo nacional e internacional. Trata-se de uma coleção reunida pelo colecionador Luis Canguero, representativa de toda a música mecânica. O edifício está classificado como Monumento de Interesse Municipal dada a sua qualidade arquitetónica.

Quinta Pedagógica «Casa Caramela» - Fundação COI¹⁵

Situada na Palhota, é um espaço pedagógico onde o visitante tem oportunidade de sentir o mundo rural através da visita a uma casa de tipologia caramela. Para além desta componente etnográfica, as questões ambientais são também abordadas na perceção do não desperdício de recursos e da importância das energias renováveis.

Espaço Fortuna - Artes & Ofícios

O Espaço Fortuna permite a realização de oficinas dedicadas aos ofícios tradicionais, nomeadamente olaria e produção de azulejo, entre outras atividades.

Quinta de S. Paulo, Quinta Pedagógica - AMRS¹⁶

A Quinta Pedagógica, situada em S. Paulo junto aos conventos, tem como objetivo ser um veículo transmissor de conhecimento e, também, um espaço de experimentação e de reflexão sobre o trabalho rural, as técnicas agropecuárias e a cultura da região.

Rede de Adegas

No contexto da Rota de Vinhos da Península de Setúbal, pretende-se consolidar a criação de uma rede de Adegas que potencie os valores patrimoniais do concelho e da região vitivinícola.

Outras parcerias

É neste importante âmbito das Parcerias que enquadrámos o futuro nascimento do Núcleo de Arte Sacra na Capela de S. João Batista, em parceria com a Diocese de Setúbal e a Fábrica da Igreja Paroquial das Freguesias de Santa Maria e São Pedro de Palmela, por meio de um Protocolo de Cooperação já celebrado.

Procuraremos um novo fôlego no importante trabalho desenvolvido ao longo dos anos com o espaço museológico criado no Centro de Estudos de Vetores e Doenças Infecciosas Dr. Francisco Cambournac (CEVDI/INSA), em Águas de Moura, onde já funcionou o 1.º pólo físico do Museu da Saúde, dado a importância do tema para o território e os excelentes objetivos já alcançados.

Para além destas parcerias institucionais, os projetos que o Museu Municipal desenvolve têm sempre como finalidade potenciar os recursos locais. Disso são exemplos a investigação, o estudo e a preservação de espólios pessoais.

Importa, dada a impossibilidade de garantir o trabalho a que nos propomos, realizado apenas com o atual quadro de pessoal afeto ao Museu, encontrar parceiros para tarefas especializadas. O recurso a protocolos com entidades académicas ou outras pode, através de estágios, estudos de âmbito diverso e/ou de realização de trabalhos de mestrado ou doutoramento, viabilizar o desenvolvimento das áreas de investigação, conservação e restauro e inventário. O mesmo acontece com a necessidade de exploração de contribuições no âmbito da Lei do Mecenato.

Voluntariado e Amigos do Museu

Embora não possua uma rede de voluntariado, o Museu tem, ao longo dos anos, acolhido voluntários. António Lameira, o nosso voluntário de raízes mais vincadas, realiza passeios mensais ao Castelo e ao Centro Histórico de Palmela desde 2008. Em 2020 foi condecorado com a Medalha Municipal de Mérito.

Legislação base para realização do presente documento:

- Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural - Lei 107/2001, de 8 de setembro;
- Lei-quadro dos Museus Portugueses – Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto;
- Estabelece o Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Imaterial - Decreto-Lei 149/2015, de 4 de agosto;
- Orgânica da DGPC - Decreto-Lei 115/2012 de 25 de maio;
- Recomenda ao Governo a proteção e valorização do património azulejar português - Lei 79/2017 de 18 de agosto;
- Aprova o regime jurídico dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais móveis e imóveis classificados ou em vias de classificação de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal - Decreto-Lei 140/2009 de 15 de junho;
- Regulamento de Trabalhos Arqueológicos - Decreto-lei nº 164/2014, de 4 de novembro;
- Cartas e Convenções Internacionais sobre Património e Turismo Cultural, ratificadas pelo Estado Português;
- Código Deontológico do ICOM¹⁸ para os Museus e revisto pela 21.ª Assembleia Geral realizada em outubro de 2004.

¹³A gestão deste imóvel é da responsabilidade da Câmara Municipal, conforme Auto de Cessão de 1999 (que atualizou o anterior).

¹⁴Protocolo assinado em 2009 e revisto em 2022.

¹⁵Protocolo assinado em 2010 e revisto em 2022.

¹⁶Não implica a assinatura de um Protocolo de Colaboração, por sermos município associado.

¹⁷Protocolo assinado em 2018 e revisto em 2022.

¹⁸Conselho Internacional de Museus

